

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

EXERCÍCIO DE 2015



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado
do Espírito Santo

Apresentação

O Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao item 03, do Anexo 05 da Instrução Normativa nº. 28, de 26 de Novembro de 2013, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, apresenta seu Relatório de Gestão “RELGES”.

Este Relatório apresenta os principais resultados dos programas desenvolvidos no âmbito do Poder Judiciário Estadual, na área administrativa, abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial.

As informações disponibilizadas neste Relatório foram consolidadas pela Secretaria Geral, a partir dos dados enviados pelas respectivas Unidades.

Vitória, 21 de março de 2016.

Desembargador Annibal de Rezende Lima

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES

Sumário

1 - Gestão Orçamentária do Poder Judiciário	6
2 - Planejamento Estratégico	13
3 - Ações Realizadas Durante o Exercício	15
3.1 - Escola da Magistratura – EMES.....	15
3.2 - Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.....	16
3.3 - Assessoria de Segurança Institucional.....	17
3.4 - Secretaria de Infraestrutura	19
3.5 - Secretaria Judiciária	23
3.6 - Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos	25
3.7 - Secretaria de Gestão de Pessoas	29
3.8 - Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária.....	34
3.9 - Secretaria de Tecnologia da Informação	36
3.10 - Secretaria de Controle Interno	39
4 - Processos Distribuídos, Sentenciados e Baixados no Exercício.....	45
5 - Gestão dos Precatórios no Exercício de 2015	47
6 - Considerações finais	53

1 – Gestão Orçamentária do Poder Judiciário

1.1 – Elaboração da Proposta Orçamentária

A confecção da proposta orçamentária anual do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, novamente reuniu as duas unidades orçamentárias do Poder: Tribunal de Justiça e Fundo Especial do Poder Judiciário - FUNEPJ. A unidade orçamentária Tribunal de Justiça depende dos repasses duodecimais do Poder Executivo e a unidade orçamentária do Fundo Especial está vinculada à arrecadação direta do Judiciário.

A composição das propostas de cada unidade orçamentária refletiram as metas, intenções e projetos apresentados pelas unidades administrativas do Tribunal de Justiça para atendimento das demandas e necessidades de todo o Poder Judiciário.

Novamente, abriu-se espaço via internet para participação de magistrados, servidores, entidades representativas e cidadãos em geral, visando à captação de demandas ainda não identificadas pelas unidades internas.

Baseada na expectativa de arrecadação do FUNEPJ e no valor indicativo de teto orçamentário repassado pelo Governo do Estado para a fonte tesouro, a proposta do Poder Judiciário para o exercício de 2015 assim se apresentou:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR
Tribunal de Justiça	R\$ 976.719.445,00
Fundo Especial	R\$ 139.162.233,00

SUPLEMENTAÇÃO NO DECORRER DO EXERCÍCIO	VALOR
Fundo Especial	R\$ 32.000.000,00

ORÇAMENTO FINAL (ATUALIZADO)	VALOR
Tribunal de Justiça	R\$ 976.719.445,00
Fundo Especial	R\$ 171.162.233,00

As suplementações do Fundo Especial se realizaram exclusivamente via superávit financeiro do exercício anterior da própria unidade, visando resgatar montantes inicialmente reduzidos e/ou cortados da proposta inicial (em face da ausência de contrapartida de receita do próprio ano), além de subsidiar novas despesas que foram transferidas à unidade em face da insuficiência de recursos da fonte tesouro para cobrir com todas as obrigações antes concentradas na unidade orçamentária Tribunal de Justiça.

A unidade orçamentária Tribunal de Justiça também sofreu alterações em seu orçamento inicial, mas apenas entre as ações da unidade, sem qualquer acréscimo/decrécimo no total inicialmente autorizado.

Comparativamente, o orçamento do ano de 2015 foi acrescido do percentual aproximado de 10% (dez por cento) em relação a 2014. A seguir é apresentado quadro demonstrativo da evolução nas previsões da peça orçamentária:

ANO	UNIDADE GESTORA	VALOR ORÇADO (R\$)	TOTAL SUPLEMENTADO (R\$)	VALOR AUTORIZADO (R\$)
	TJ	882.152.634,00	67.702.000,00	949.854.634,00
2014	FUNEPJ	127.381.944,00	60.454.508,00	187.836.452,00
	TOTAL	1.009.534.578,00	128.156.508,00	1.137.691.086,00
	TJ	976.719.445,00	-	976.719.445,00
2015	FUNEPJ	139.162.233,00	32.000.000,00	171.162.233,00
	TOTAL	1.115.881.678,00	32.000.000,00	1.147.881.678,00

1.2. – Execução Orçamentária

1.2.1 – Unidade - Tribunal de Justiça

Do total dos mais de 976 milhões e 719 mil reais autorizados na unidade, foram executados 92,05% (noventa e dois e cinco por cento), se considerados os mais de 903 milhões e 173 mil reais empenhados orçamentariamente.

A execução do orçamento da unidade orçamentária Tribunal de Justiça se dividiu da seguinte forma:

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO	VALOR EMPENHADO	%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 864.561.066,00	R\$ 795.867.173,63	92,05%
Outras Despesas de Custeio	R\$ 112.158.379,00	R\$ 107.306.599,19	95,67%
TOTAL	R\$ 976.719.445,00	R\$ 903.173.772,82	92,47%

Importante considerar, na unidade Tribunal de Justiça, que do orçamento autorizado (coluna “autorizado final”), 56 milhões e 424 mil reais referem-se à contribuição previdenciária complementar, conta de movimentação extraorçamentária de empenho que não compõe a coluna “valor empenhado”.

Considerando que tal contribuição complementar atingiu o montante anual de empenho extraorçamentário de 100 milhões e 807 mil reais em 2015 e que destes, 56 milhões e 424 mil reais possuíam correspondente lastro orçamentário, a execução da unidade orçamentária Tribunal de Justiça, passando a considerar na coluna “valor empenhado” o montante da complementação previdenciária com lastro orçamentário, evoluiria para 98,25% (noventa e oito vírgula vinte e cinco por cento).

Dos valores empenhados no exercício, foram inscritos em restos a pagar os seguintes:

CATEGORIA DE DESPESA	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL	% SOBRE TOTAL EMPENHADO
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 863.280,08	R\$ 69.363,02	R\$ 932.643,10	0,12%
Outras Despesas Correntes	R\$ 2.939,09	R\$ 106.675,37	R\$ 109.614,46	0,10%
TOTAL	R\$ 866.219,17	R\$ 176.038,39	R\$ 1.042.257,56	0,12%

1.2.2 – Unidade - Fundo Especial Do Poder Judiciário - (Funepj)

1.2.2.1 – Receitas

A Previsão inicial de arrecadação da unidade orçamentária, que deu subsídio ao seu orçamento originário, foi de 139 milhões e 162 mil reais.

A execução anual, por tipo de receita orçamentária foi a seguinte:

RECEITA	PREVISÃO INICIAL	REALIZADO	DIFERENÇA
Receita Tributária	R\$ 72.155.747,00	R\$ 71.788.827,08	- R\$ 366.919,92
Receita Patrimonial	R\$ 42.939.562,00	R\$ 69.303.262,79	+ R\$ 26.363.700,79
Receita de Serviços	R\$ 3.462.839,00	R\$ 1.418.914,01	- R\$ 2.043.924,99
Outras Receitas Correntes	R\$ 20.604.085,00	R\$ 1.070.915,00	- R\$ 19.533.170,00
TOTAL	R\$ 139.162.233,00	R\$ 143.581.918,88	R\$ 4.419.685,88

A diferença apresentada na arrecadação das receitas da unidade encontra fundamento nas seguintes constatações:

Na receita patrimonial, a previsão de arrecadação dos **depósitos judiciais** levou em consideração o efetivo resultado do mês de junho de 2014, que se apresentara maior do que a média de arrecadação dos meses anteriores do mesmo ano. Com base no resultado do referido mês, estimou-se 27 milhões de reais anuais para a referida receita em 2015, sem grandes perspectivas de elevação mais expressiva na taxa SELIC. No entanto, a referida taxa elevou a arrecadação mensal para montantes acima de 4 milhões de reais, gerando uma receita de aproximados 51 milhões e 408 mil reais em 2015, bem maior do que a inicialmente estimado.

Nas outras receitas correntes, a expectativa de liberação de recursos de **superávit extrajudicial**, retidos por medidas liminares, culminou na previsão inicial de arrecadação de mais de 20 milhões de reais para a referida receita no ano de 2015. No entanto, com a permanência da retenção dos recursos, a arrecadação não se efetivou gerando, desta forma, um resultado menor, no ano, em cerca de 19 milhões de reais.

1.2.2.2. Despesas

Do total dos mais de 171 milhões e 162 mil reais aprovados na unidade FUNEPJ, foram executados aproximadamente 77% (setenta e sete por cento), se considerados os mais de 133 milhões e 487mil reais empenhados.

Execuções (valores empenhados):

CATEGORIA DE DESPESA	AUTORIZADO FINAL	VALOR EMPENHADO	%
Outras Despesas Correntes	R\$ 150.135.920,00	R\$ 124.635.638,16	83,02%
Despesas de Capital	R\$ 21.026.313,00	R\$ 8.851.568,19	42,10%
TOTAL	R\$ 171.162.233,00	R\$ 133.487.206,35	77,99%

De tais valores empenhados, foram inscritos em restos a pagar ao final do exercício:

CATEGORIA DE DESPESA	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL	% SOBRE TOTAL EMPENHADO
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.575.421,83	R\$ 18.210.648,10	R\$ 19.786.069,93	15,88%
Despesas de Capital	R\$ 42.598,81	R\$ 4.165.957,91	R\$ 4.208.556,72	47,55%
TOTAL	R\$ 1.618.020,64	R\$ 22.376.606,01	R\$ 23.994.626,65	17,98%

1.2.3 – Disponibilidade Financeira

A disponibilidade financeira equivale ao saldo da conta “caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional”, também chamada de Ativo Financeiro.

Em 31/12/2015, o patrimônio do Órgão evidenciou uma disponibilidade financeira de R\$ 187.138.759,13 (cento e oitenta e sete milhões e cento e trinta e oito mil e setecentos e cinquenta e nove reais e treze centavos). Deste total, 88,74% (oitenta e oito inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) são representados por recursos do Fundo Especial (FUNEPJ), enquanto 11,26% (onze inteiros e vinte e seis centésimos por cento) representam recursos da unidade orçamentária Tribunal de Justiça.

No encerramento do exercício de 2014 essa Disponibilidade Financeira foi de R\$ 197.400.460,62 (cento e noventa e sete milhões e quatrocentos mil e quatrocentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos), representando, desta forma, uma variação negativa na ordem de 5,20% (cinco inteiros e vinte centésimos por cento) em relação ao ano de 2015.

Os dados estão demonstrados na Tabela a seguir:

UNIDADE GESTORA	DISPONIBILIDADE EM 2014 (R\$)	DISPONIBILIDADE EM 2015 (R\$)
TJ	R\$ 47.375.014,37 (23,35%)	R\$ 21.078.969,62 (11,26%)
FUNEPJ	R\$ 155.540.630,40 (76,65%)	R\$ 166.059.789,51 (88,74%)
TOTAL	R\$ 197.400.460,62 (100,00%)	R\$ 187.138.759,13 (100,00%)

Apresentamos a seguir, o superávit financeiro, que é definido como a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro (restos a pagar processados, não processados e demais obrigações financeiras). O superávit financeiro apurado em 2015 foi de R\$ 160.170.036,71 (cento e sessenta milhões e cento e setenta mil e trinta e seis reais e setenta e um centavos), que equivale a 0,0576% (quinhentos e setenta e seis centésimos por cento) a mais que o superávit obtido pelo Poder Judiciário no exercício de 2014.

Considerando que o superávit do FUNEPJ passou de R\$ 118.372.399,24 (cento e dezoito milhões de reais e trezentos e setenta e dois mil e trezentos e noventa e nove reais e vinte e quatro centavos) em 2014 para R\$ 140.890.130,22 (cento e quarenta milhões e oitocentos e noventa mil e cento e trinta reais e vinte e dois centavos) em 2015, permitindo concluir que o crescimento do superávit do Poder Judiciário se deve, principalmente, ao aumento do superávit do FUNEPJ, conforme apontado na tabela abaixo.

UNIDADE GESTORA	SUPERÁVIT EM 2014	SUPERÁVIT EM 2015
TJ	R\$ 42.398.485,64 (26,37%)	R\$ 19.279.906,49 (12,04%)
FUNEPJ	R\$ 118.372.399,24 (73,63%)	R\$ 140.890.130,22 (87,96%)
TOTAL	R\$ 160.077.884,88 (100,00%)	R\$ 160.170.036,71 (100,00%)

2 – Planejamento Estratégico

Ainda no ano de 2015 a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica finalizou a coordenação dos trabalhos de revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (PE), alinhando-o à estratégia judiciária até o ano de 2020, conforme Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça.

Os subsídios para a confecção do novo Planejamento Estratégico foram encontrados por meio de oficinas de trabalho (Workshops), das quais participaram magistrados e servidores, via grupos e núcleos formalmente indicados pela Presidência do Tribunal ou via comitê de planejamento, ficando concedido a todos, inclusive cidadãos em geral, o acesso direto ao sistema informatizado de construção do Planejamento. Em 2015 foram realizados 8 (oito) workshops.

A capacitação de magistrados e servidores para a execução das atividades de revisão e alinhamento do Planejamento Estratégico foi realizada com base em cenários prospectivos do método Grumbach, conforme contrato formalizado ainda em 2014 com empresa especializada. Assegurou-se, por meio da referida contratação, a transferência de conhecimento a magistrados e servidores e a autonomia ao Tribunal de Justiça.

Após 10 (dez) meses de atividades, iniciadas em 2014, o Poder Judiciário Capixaba concluiu a elaboração e o realinhamento de seu novo Planejamento Estratégico para o período 2015-2020, sendo este devidamente aprovado por decisão do Egrégio Tribunal Pleno em sessão realizada em 26 de março de 2015, dando origem à Resolução nº 010/2015.

Com o novo Planejamento, o Poder Judiciário Capixaba explicita quais objetivos estratégicos buscará alcançar entre 2015 e 2020. Dessa forma, magistrados e

servidores passam a contar com uma sinalização clara das iniciativas que deverão ser priorizadas nesse período e de que maneira cada um poderá colaborar para que a estratégia seja executada com êxito.

A estratégia traçada será monitorada por meio de um conjunto de indicadores de resultado, que deverão identificar se os projetos, programas e ações do Poder Judiciário Capixaba estão de fato contribuindo para o atingimento dos objetivos estratégicos. Sendo o Planejamento Estratégico um instrumento de gestão dinâmico, as informações colhidas por esses indicadores serão importantes subsídios para correções no decorrer da execução ou até mesmo para novos realinhamentos da estratégia.

Por meio de Reuniões de Análise da Estratégia (RAE's), a execução do Planejamento Estratégico será apresentada para magistrados, servidores e sociedade em geral.

No exercício de 2015, mais especificamente no dia 04 de agosto, formalizou-se a primeira RAE, com participação e apresentação dos projetos de responsabilidade das unidades administrativas e judiciais e seus respectivos indicadores. Nesta primeira RAE, foram 8 (oito) as unidades representadas, com apresentação de 22 (vinte e dois) projetos e 3 (três) indicadores.

Em 11 de dezembro de 2015 desenvolveu-se a segunda RAE, com a participação de 5 (cinco) unidades, 24 (vinte e quatro) projetos e 8 (oito) indicadores.

Todas as informações referentes ao Planejamento Estratégico estão devidamente divulgadas no site do Poder Judiciário, portal da transparência, página do Planejamento Estratégico, sendo tal página um projeto efetivamente realizado pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica, estando a mesma em operação e disponível para magistrados, servidores, operadores do direito e sociedade em geral.

3 – Ações Realizadas Durante o Exercício

3.1 – Escola da Magistratura - EMES

A Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo – EMES está inserida no contexto das escolas judiciais brasileiras, que compõem a Rede Nacional de Escolas do Poder Judiciário. Como cada vez mais se potencializam as demandas surgidas para o Poder Judiciário, as escolas judiciais atingem uma importância estratégica dentro dos Tribunais, tendo em vista que são essenciais à consecução dos objetivos e metas estabelecidos com vistas à efetivação de uma justiça mais célere, efetiva e cidadã.

A EMES atua prioritariamente em duas frentes. Oferece cursos de formação e aperfeiçoamento para os magistrados estaduais, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), bem como oferta cursos para os servidores do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, seguindo, para tanto, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e especificamente pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD), órgão este também vinculado ao CNJ.

A EMES vem atuando de forma incisiva na promoção de eventos e cursos de formação e aperfeiçoamento, direcionados tanto aos servidores quanto aos magistrados do Poder Judiciário Estadual. Esses eventos e cursos são planejados levando-se em consideração sempre a realidade dos profissionais e a especificidade da sua atuação. Assim, esta escola cumpre as suas atribuições em conformidade com o estabelecido na Emenda Constitucional nº 45/2004, no que se refere à oferta de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, ofertando, além disto, como já destacado, também cursos para os servidores do Poder Judiciário Estadual.

3.1.1 – Cursos Oferecidos para Atender a Servidores.

ESPECIFICAÇÃO DO CURSO	QUANTIDADE DE CURSOS REALIZADOS EM 2015	NÚMERO DE PARTICIPANTES EM 2015
Curso de Formação Inicial para Servidores	1	14
Curso de Formação Continuada para Servidores	160	3419*

**Cabe ressaltar que um mesmo servidor pode participar de mais de um curso ao longo do ano.*

3.1.2 – Cursos Oferecidos a Magistrados.

ESPECIFICAÇÃO DO CURSO	QUANTIDADE REALIZADA EM 2015	NÚMERO DE PARTICIPANTES EM 2015
Curso de Formação Inicial para Magistrados	1	10
Curso de Formação Continuada para Magistrados	8	300*
Curso de Vitaliciamento para Magistrados	1	59

**Cabe ressaltar que um mesmo magistrado pode participar de mais de um curso ao longo do ano.*

3.2 – Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social é setor vinculado diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e desenvolve uma política de comunicação conforme as diretrizes do próprio Presidente e da Resolução nº 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça.

As atividades da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social são desenvolvidas por jornalistas profissionais que atuam na área da comunicação impressa, rádio e televisão, bem como por programador visual, fotógrafo, cinegrafista e editor de imagens.

3.2.1 – Projetos em Andamento.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Reformulação do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça.	As ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de Sistemas (GTS) instituído para a reformulação do sítio do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), por meio do Ato Normativo nº 168/2015, estão em andamento. O estudo e a elaboração de um novo layout para o Portal visa facilitar o acesso às informações do Poder Judiciário.

3.2.2 – Cenário Futuro.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Reformulação do ambiente de Intranet do sítio do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.	As ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho de Sistemas (GTS) instituído para a reformulação do sítio do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), por meio do Ato Normativo nº 168/2015, foram divididas em duas etapas. A próxima fase será a adequação do layout da rede interna do sítio.

3.3 – Assessoria de Segurança Institucional

A essa Assessoria compete realizar a segurança das instalações, bem como controlar o acesso de pessoas e veículos, em todos os prédios do Poder Judiciário, dentre outras atribuições, conforme prevê o art. 24, da Resolução nº. 075/2011.

3.3.1 – Projetos Realizados no Exercício.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Aquisição de Impressora para Confecção de Crachá.	Prover identificação aos servidores do PJES, melhorando o controle de acesso das unidades e o nível de segurança dos locais.
Aquisição de Ferramentas para Manutenção em Equipamentos.	Prover ferramentas para permitir que a equipe técnica da Assessoria de Segurança Institucional dê manutenção nos equipamentos de segurança do PJES.
Contratação de Nova Empresa Prestadora de Serviços de Portaria.	Prover serviço de portaria nas unidades judiciárias, considerando a não renovação do antigo contrato devido a problemas na prestação dos serviços.
Contratação de nova Empresa Prestadora de Serviços de Vigilância Armada.	Prover serviço de vigilância armada nas unidades judiciárias, considerando a não renovação do antigo contrato devido a problemas na prestação dos serviços.

3.3.2 – Projetos em Andamento

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Aquisição de Sistema de Videomonitoramento por Câmeras.	Prover sistema de videomonitoramento por câmeras em 21 (vinte e uma) unidades judiciárias.

3.3.3 – Atividades/Iniciativas Relevantes.

No biênio 2014-2015 foram destruídas mais de 5 (cinco) mil armas pelo Tribunal de Justiça em parceria com as Polícias Federal, Civil e Militar e o Exército. Somente no ano de 2015 foram 2556 (duas mil e quinhentos e cinquenta e seis) armas e mais de 7000 (sete mil) munições.

As destruições ocorrem no 38º Batalhão de Infantaria de Vila Velha seguindo normas do Conselho Nacional de Justiça. As armas são destruídas em uma prensa do Exército, a sucata resultante vai para a empresa Arcelor Mittal, para ser derretida. De acordo com levantamento realizado, havia Comarcas onde o recolhimento não acontecia há mais de três anos.

O recolhimento e a destruição das armas colaboram com a redução da criminalidade e do índice de homicídios do Espírito Santo, já que muitas dessas armas foram utilizadas para a prática de diversos delitos e, com a sua destruição, elas não retornaram mais às mãos de criminosos.

3.4 – Secretaria de Infraestrutura

A Secretaria de Infraestrutura é o setor responsável pelo planejamento, em parceria com suas Coordenadorias subordinadas, das atividades afetas à aquisição (pesquisas de mercado, licitações e contratações diretas), controle, fornecimento e logística de materiais de consumo e permanentes; dos serviços de apoio (recebimento e expedição de correspondências); dos serviços de transporte; dos serviços de limpeza e copeiragem; dos serviços de reprografia; dentre outros.

Cabe, ainda, a esta Secretaria, a coordenação das metas e diretrizes que lhe foram propostas pela Administração do Poder Judiciário, bem como o acompanhamento da execução da sua proposta orçamentária, em suas diversas ações, organizando os planos de trabalho e cronogramas para a realização das atividades e zelando pelo cumprimento dos prazos estipulados, dentre outras atribuições elencadas na Resolução nº 75/2011, deste Poder Judiciário.

Estão diretamente subordinadas a Secretaria de Infraestrutura as seguintes Coordenadorias:

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Infraestrutura	Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos	Seção de Compras Seção de Contratação
	Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial	Seção de Material de Consumo Seção de Patrimônio
	Coordenadoria de Serviços Gerais	Seção de Transporte Seção de Zeladoria

3.4.1 – Projetos Realizados no Exercício

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Aquisição de veículos para uso no TJES	Realização de licitação para aquisição de 15 (quinze) veículos Institucionais que substituíram alguns veículos já com algum tempo de uso, do ano de 2007 e 2008, que já necessitavam de constantes manutenções, com entrega em 09/2015
Aquisição de Copiadoras	Aquisição de 65 (sessenta e cinco) copiadoras que substituíram máquinas que eram alugadas

3.4.2 – Projetos em Andamento:

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Manutenção dos Preços Referências do PJES	Fazer frente à crescente demanda de contratações pelo Tribunal de Justiça, principalmente nos processos relativos ao Sistema de Registro de Preços - SRP. O contrato já está no seu terceiro ano e são pesquisados 495 itens de materiais a cada trimestre e o principal resultado dessa contratação é a redução do tempo necessário para a conclusão de uma cotação, otimizando a formação dos preços, com consequentemente diminuição do prazo total de contratação.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Locação de novo galpão para ampliação imediata do espaço físico destinado a Coordenadoria de Suprimentos e Controle Patrimonial	Locação de novo galpão para ampliação imediata do espaço físico, objetivando o recolhimento de bens servíveis e inservíveis dos Fóruns, em logística reversa, bem como o recebimento de maior volume de materiais novos, para maior eficiência no atendimento das demandas acumuladas, e maior execução orçamentária da Seção de Patrimônio e Seção de Material de Consumo.
Construção de nova sede ampliação do espaço físico destinado a Coordenadoria de Suprimentos e Controle Patrimonial	Construção de Nova Sede, com vistas a acompanhar o crescimento deste Poder Judiciário e do volume de demandas, solucionando problemas de escassez de espaço físico, insalubridade, goteiras, limitado número de banheiros, dentre outros.
Desenvolvimento da aplicação web “Patrimônio Online”	Desenvolvimento da aplicação web “Patrimônio Online” para recebimento de pedidos de bens permanentes, execução do inventário, através da intranet deste Poder Judiciário; e identificação de novo Sistema de Administração de Materiais para Almoxarifado e Patrimônio (processo nº 2015.00.051.884), objetivando a gestão administrativa dos bens de consumo e permanentes, haja vista a rescisão do contrato com a atual fornecedora do Sistema de Administração de Materiais, SMARapd, a qual permitiu que o TJES utilize o referido sistema até o fim do exercício de 2016;
Aquisição de novos caminhões.	Aquisição de novos caminhões para maior eficiência da logística de entrega e recolhimento (logística reversa) de materiais em geral.

3.4.3 – Cenário Futuro

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Aquisição ou desenvolvimento de Sistema de Gestão Centralizada de Licitações.	Aquisição ou desenvolvimento de um Sistema de Gestão Centralizada dos Procedimentos Licitatórios, de Registro de Preços, do Cadastro de Fornecedores, do Catálogo de Materiais, das Compras Diretas e do Controle de Penalidades aplicadas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Capacitação de Servidores da Coordenadoria de Serviços Gerais.	Realização de treinamento para os servidores, para melhorar a gestão dos contratos e, conseqüentemente, otimizando a execução dos mesmos.
Programa de educação e sensibilidade de utilização sustentável de recursos materiais	<p>São finalidades atreladas ao Programa de Educação e Sensibilidade de utilização sustentável de recursos matérias:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Reduzir o consumo de água; b) Reduzir o consumo de combustível; c) Reduzir os gastos com aquisição de veículos e deslocamentos d) Reduzir a despesa com serviços de copeiragem e de limpeza; e) Gestão adequada dos resíduos: adequar-se à política dos 5R's (Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Reusar), visando à redução do consumo e o combate ao desperdício, além da correta destinação do resíduo gerado.

3.4.4 – Atividades/Iniciativas Relevantes.

Realização do inventário dos bens permanentes móveis: no ano de 2014, o Tribunal de Justiça iniciou novo processo objetivando a contratação de empresa especializada. No dia 26/08/2014 foi assinado contrato com a Eagle Consultoria e Avaliações de Ativos Ltda, e expedida Ordem de Serviço em 04/12/2014, prevendo o início dos levantamentos em 26/01/2015, o que efetivamente ocorreu, porém, a referida empresa abandonou o projeto em junho/2015, fazendo com que a Coordenadoria de Suprimento e Controle Patrimonial da Secretaria de Infraestrutura tomasse providências visando à conclusão dos trabalhos, quando foi apresentada proposta de execução com o uso de recursos humanos próprios, tanto do Tribunal, quanto dos Fóruns, e após aprovação da Administração, refe-

rida equipe foi treinada, e os trabalhos iniciados de imediato, divididos em duas etapas: ETAPA 1 – levantamento dos bens permanentes móveis do PJES, concluída em 11/11/2015; e ETAPA 2 – (re)avaliação e conciliação físico x contábil concluída em 06/01/2016;

3.5 – Secretaria Judiciária

À Secretaria Judiciária compete dirigir e coordenar os procedimentos relativos à protocolização, informação e distribuição de processos e expedientes, tramitação e sessões de julgamento, além de coordenar, orientar e uniformizar a execução dos serviços administrativo-judiciários dos órgãos subordinados, dentre outras atribuições descritas no art. 49, da Resolução nº. 075/2011.

A Secretaria Judiciária foi criada por meio da Lei Complementar nº 566/2010 – Lei de Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. Referida norma subordinou diretamente à Secretaria Judiciária determinadas Coordenadorias com as respectivas Seções e outras Seções autônomas, conforme abaixo discriminado:

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria Judiciária	Coordenadoria de Gestão da Informação Documental.	- Seção de Biblioteca; - Seção de Arquivo; - Seção de Edição e Publicação.
	Coordenadoria de Protocolo, registro e Distribuição.	- Seção de Protocolo
	Coordenadoria de Taquigrafia	- Seção de Plantão e Mandados; e - Seção de Contadoria Judicial.

3.5.1 – Projetos Realizados no Exercício.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Criação do Centro de Memória do PJES.	Preservação, pesquisa e divulgação histórica do Poder Judiciário Estadual, bem como de seu acervo judicial, junto à sociedade.
Criação do Espaço Cultural do PJES.	Promover a cultura do Estado do Espírito Santo através de exposições de quadros, esculturas e correlatos dos artistas capixabas.
Criação do Clube de Leitura na Biblioteca do TJES.	Promover a leitura entre os funcionários do Poder Judiciário.

3.5.2 – Cenário Futuro

NOME DO PROJETO	OBJETIVO DO PROJETO
Criação de uma Central de Arquivos do PJES.	Reunir e organizar todo o arquivo do Estado em um único local, otimizando mão de obra e economizando com alugueis para guarda de documentos.

3.5.3 – Atividades/Iniciativas Relevantes.

A Secretaria Judiciária é responsável pela Gestão da Contratação do Vale-Cidadão (Resolução nº 016/2013), com a distribuição de aproximadamente 10.500 (dez mil e quinhentos) vales no exercício de 2015, bem como a realização de tradução de documentos em processos com assistência judiciária gratuita, inclusive com previsão orçamentária para tal fim.

A Secretaria Judiciária vem atuando, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia de Informação, para desenvolvimento e melhoria de sistemas informatizados referentes à atividade fim deste Tribunal de Justiça. São frutos dessa ação, a título de exemplo, a implantação, em Dezembro de 2015, da **CERTIDÃO DE OB-**

JETO E PÉ ON LINE dos processos em trâmite em Segundo Grau, e realização de adaptação do **SISTEMA DE SEGUNDA INSTÂNCIA** para a taxonomia/movimentos determinada pelo Conselho Nacional de Justiça, o qual se encontra em fase final de acertos e testes para implantação no 1º semestre de 2016.

3.6 – Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.

A essa Secretaria compete planejar, pesquisar, analisar, fiscalizar, vistoriar e organizar os serviços de obras, reformas e manutenções de edificações e de equipamentos, bem como demais atribuições previstas no art. 59, da Resolução nº. 75/2011. De acordo com o Planejamento Estratégico 2010 – 2015, definido para este egrégio Tribunal de Justiça e aprovado através da Resolução nº 49/2009, o principal objetivo desta Secretaria é “garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais”. Alinhado a esse objetivo, a Secretaria de Engenharia está diretamente relacionada com o projeto, também definido no Planejamento Estratégico 2015 – 2020, “Reformar as unidades Judiciárias e Administrativas do Poder Judiciário”.

Esta Secretaria é composta por 3 (três) Coordenadorias, descritas a seguir:

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos.	Coordenadoria de Projetos	- Seção de Análise e Composição de Projetos. - Seção de Desenvolvimento de Projetos.
	Coordenadoria de Gestão Predial e Manutenção de Equipamentos	
	Coordenadoria de Fiscalização	

3.6.1 – Projetos Finalizados no Exercício.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Reforma da Fachada do Tribunal de Justiça.	Resolver o problema de infiltração de fachada e a queda das pastilhas.
Reforma geral com ampliação do Fórum de Boa Esperança.	Adequar acessibilidade do Fórum, construir 2 celas e reforma geral.
Reforma dos banheiros do pleno, sala de becas e sala de lanche – TJES.	Aumento de número de banheiros para atender aos Desembargadores em dia de Pleno.
Reforma dos 4 novos Gabinetes de Desembargadores no Tribunal de Justiça.	Criação de 4 novos gabinetes de Desembargador, tendo em vista o aumento de Desembargadores no quadro do TJES.
Manutenção Predial no Fórum de Jaguaré.	Pintura geral.
Manutenção Predial no Fórum de Ibirapu.	Reparar danos provocados por chuvas.
Manutenção Predial no Fórum de Itarana.	Recuperar a impermeabilização das calhas, substituir a cobertura que apresentava vazamentos e pintura das salas afetadas.
Manutenção Predial no Fórum de Guarapari.	Recuperar a impermeabilização das calhas, substituir a cobertura que apresentava vazamentos e pintura das salas afetadas.
Manutenção Predial no Fórum de Nova Venécia.	Recuperar o reboco da fachada que estava se desprendendo.
Manutenção Predial no Fórum de Itaguaçu.	Recuperar a impermeabilização das calhas, substituir a cobertura que apresentava vazamentos e pintura das salas afetadas.

3.6.2 – Projetos em Andamento.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Manutenção Predial na cobertura do Fórum Cível de Vitória.	Correção de infiltrações.
Manutenção Predial no Fórum de Nova Venécia.	Reparo em banheiros para correção de vazamentos.

3.6.3 – Atividades Futuras

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Implantação de cisterna no Fórum de Viana.	Resolver o problema de falta de água no Fórum.
Reforma Geral do Fórum de Guarapari	Reforma geral da Comarca.
Instalação de Gradil Fórum de Ibiracu	Garantir a segurança da Comarca.
Laudo Técnico para Contenção de Talude Fórum de Guarapari	Identificar causas da queda do muro de contenção e novo projeto para reparo e/ou construção de novo muro.
Impermeabilização da Cobertura do Tribunal de Justiça	Correção de infiltrações.
Construção de nova Subestação no Tribunal de Justiça	Substituir subestação atual que não comporta mais a carga necessária.
Construção de nova Subestação de Marataízes	Substituir subestação atual que não comporta mais a carga necessária.
Instalação da Central Multidisciplinar Nova Venécia	Atender as necessidades da Comarca.
Projeto de Reforço Estrutural do Fórum de Baixo Guandu	Resolver problema de fundação.
Reparo no revestimento da fachada do Fórum Cível de Vitória	Reparo nas pastilhas da fachada que estão se desprendendo.
Elaboração de As-Built de todas as Comarcas do Estado	Regularizar as Comarcas nas Prefeituras de cada Município.
Manutenção de portões automáticos dos Fóruns – 2ª Etapa	Manutenção de motores de portões automáticos em algumas Comarcas.
Manutenção corretiva das Subestações de algumas Comarcas	Corrigir problemas apontados nas inspeções contratadas.
Manutenção Predial no Fórum de Marataízes	Corrigir problemas no piso de algumas salas.
Manutenção Predial no Fórum Criminal de Vitória	Reparo de infiltrações.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Manutenção Predial no Fórum de Pedro Canário	Reparo de infiltrações.
Manutenção Predial no Fórum de Águia Branca	Reparo de infiltrações.
Manutenção Predial no Fórum de Venda Nova do Imigrante	Pintura geral.
Manutenção Predial no Fórum de Presidente Kennedy	Reparo de infiltrações.
Manutenção Predial no Fórum de Piúma	Reparos em instalações elétricas.
Manutenção Predial no Fórum de Alfredo Chaves	Reparo de infiltrações.
Manutenção Predial no Fórum de São Gabriel da Palha	Reparo de infiltrações.
Manutenção Predial no Fórum de Marilândia	Reparo de infiltrações.
Manutenção Predial no Fórum de Afonso Claudio	Reparo de infiltrações.
Manutenção Predial no Fórum de Santa Leopoldina	Reparo de infiltrações.

3.6.4 – Atividades/Iniciativas Relevantes

Considerando a necessidade implementação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PCP no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - PJES, na forma e nos prazos da Resolução TC n.º 242/2012 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, foram elaborados 64 laudos de avaliações de Bens Imóveis para fins de regularização contábil dos Imóveis do PJES.

3.7 – Secretaria de Gestão de Pessoas

A Secretaria de Gestão de Pessoas tem por competência planejar, coordenar, organizar, controlar e supervisionar as coordenações e seções encarregadas da remuneração, benefícios e saúde de servidores e magistrados do Poder Judiciário, além do pagamento dos juízes leigos e herdeiros, mantendo a base de dados atualizada, bem como controlar o sistema de pessoal relativo à captação, capacitação, movimentação, avaliação, acompanhamento, remuneração e registro de diretos, deveres e benefícios funcionais dos magistrados e servidores e estagiários, juízes de paz e seus suplentes, dentre outras atribuições, conforme prevê o art. 91, da Resolução nº. 075/201.

Compete também à Secretaria de Gestão de Pessoas atuar estrategicamente no que tange à gestão de pessoas, notadamente quanto à coordenação da execução do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário vigente, além de acompanhar a execução do orçamento.

A Secretaria de Gestão de Pessoas é composta pelas seguintes Coordenadorias e Seções:

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Gestão de Pessoas.	Coordenadoria de Pagamento de Pessoal	- Seção de Análise, Preparação e Conferência de Dados. - Seção de Processamento de Folha de Pagamento.
	Coordenadoria de Recursos Humanos	- Seção de Estágio Probatório e Movimento de Servidor. - Seção de Legislação e Benefícios. - Seção de Registro Funcional de Servidor. - Seção de Registro Funcional de Magistrado. - Seção de Seleção e Acompanhamento de Estágio.
	Coordenadoria de Serviços Psicossociais	- Seção de Saúde. - Seção de Serviços Psicossociais.

3.7.1 – Projetos Realizados no Exercício.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Distribuição das vagas de estágio no PJES	Disciplinar a distribuição das vagas de estágio dentro do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, determinando, a partir de critérios lógicos e objetivos, o número de vagas de estágio para as áreas administrativa e judiciária de primeiro e segundo graus, de forma a possibilitar o atendimento efetivo às demandas dos jurisdicionados.
Normatização do Trabalho Voluntário no PJES	Instituir e regulamentar o recrutamento e a atuação de pessoas que querem prestar serviços voluntários no âmbito da Justiça do Estado do Espírito Santo, instituindo o Programa de Serviço Voluntário no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

3.7.2 – Atividades em Andamento

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Mapeamento de Competências Gerenciais do PJES	<p>Atender a demanda do CNJ - que instituiu como meta para a Justiça Estadual o mapeamento de, pelo menos, 60% das competências do 1º Grau, até 31/12/2014, para subsidiar a implantação da gestão por competências. Além disso, foi criada a Resolução nº 49/2009, a qual dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo para o período de 2010-2015 e estabelece como um de seus objetivos estratégicos “Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes de servidores e magistrados”.</p> <p>Sensibilizar os servidores e magistrados no processo de mapeamento de competências; Sensibilizar a alta gerência para apoio institucional ao mapeamento e à implantação do projeto;</p> <p>Capacitar conceitual, técnica e operacional da equipe gestora do projeto em Gestão de Pessoas por Competências, com especificidade e profundidade em mapeamento de competências;</p> <p>Obter critérios objetivos, claros e mensuráveis para selecionar, alocar e desenvolver o corpo gerencial do PJES;</p> <p>Desenvolver base teórica, técnica e operacional para iniciar a implantação do modelo “Gestão de Pessoas por Competências” no PJES.</p>

3.7.3 – Cenário Futuro

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Prestação de assistência médica aos servidores e magistrados do PJES	Melhorar o nível de saúde dos trabalhadores, atendendo e dando encaminhamentos externos, se for o caso, a 100% das demandas que chegam à Coordenadoria de Serviços Psicossociais.
Programa de Qualidade de Vida no Trabalho	Promover o bem-estar e a qualidade de vida no trabalho, implantando o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho a partir da execução de 02 ações vinculadas ao diagnóstico realizado.
Programa de Valorização do Servidor	Promover o bem-estar e a qualidade de vida no trabalho, desenvolvendo ações de valorização do servidor por meio do envio de emails e sms nas datas comemorativas à 100% do quadro de pessoal e da realização de uma palestra motivacional em homenagem ao dia do servidor.
Programa de Preparação para a Aposentadoria	Promover o bem-estar e a qualidade de vida no trabalho, executando 04 ações vinculadas ao Programa.

3.7.4 – Atividades/Iniciativas Relevantes

No exercício de 2015 foi elaborada a minuta de Projeto de Lei que visa alterar a Lei nº 234/2002, com o objetivo de torná-la mais flexível, permitindo que a Administração elabore forma de distribuição de força de trabalho, nos termos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Também foi publicada a Resolução nº 31/2015, que otimizou o procedimento das substituições – chefes de secretaria e contadoria.

A Secretaria de Gestão de Pessoas também inovou ao desenvolver os modelos de Comissões Processantes de Sindicâncias e/ou Processos Administrativos Disciplinares, a fim de dar vazão às sindicâncias e processos administrativos disciplinares que estavam parados na Secretaria de Gestão de Pessoas, sem comissão instituída.

3.7.5 – Informações Adicionais

FORÇA DE TRABALHO DO PJES

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Cargos Efetivos Ocupados (1.1 + 1.2)	3.030
1.1. Primeira Instância	2.537
1.2. Segunda Instância	493
Cargos Comissionados Ocupados (2.1 + 2.2)	735
2.1. Primeira Instância	502
2.2. Segunda Instância	233
Servidores Estabilizados (3.1 + 3.2)	39
3.1. Primeira Instância	22
3.2. Segunda Instância	17
Optantes do Regime Jurídico Único (4.1 + 4.2)	12
4.1. Primeira Instância	04
5.2. Segunda Instância	08
TOTAL GERAL DE CARGOS OCUPADOS (1 + 2 + 3 + 4)	3.816

CARGOS COMISSIONADOS

CARGOS COMISSIONADOS	QUANTIDADE	%
Ocupados (1.1 + 1.2)	735	78,10
Ocupados exclusivamente por comissionados	636	67,58
Ocupados por servidores efetivos	99	10,52
Vagos	206	21,90
TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS (1 + 2)	941	

Atualmente existem no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo **941 (novecentos e quarenta e um)** cargos em comissão, dos quais **206 (duzentos e seis)** estão vagos e **735 (Setecentos e trinta e cinco)** estão ocupados.

Entre os 735 (setecentos e trinta e cinco) cargos comissionados que estão ocupados, **99 (noventa e nove)** são ocupados por servidores efetivos e **636 (seiscentos e trinta e seis)** estão ocupados por servidores exclusivamente comissionados.

Por outro lado, considerando todos os cargos existentes, independente de estarem ocupados ou não, encontramos a seguinte distribuição: 21,90% (vinte e um inteiros e noventa centésimos por cento) vagos, 10,52% (dez inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento) ocupados por servidores efetivos e 67,58% (sessenta e sete inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento) ocupados por servidores exclusivamente comissionados.

REDUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Servidores cedidos	13
Aguardando aposentadoria	106
Afastados para trato de interesses particulares	08
Licenciados para mandado classista	04
Licenciados para tratamento da própria saúde	39
Licença maternidade	31

AUMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Servidores requisitados para atuarem na 2ª Instância.	6
Servidores requisitados para atuarem na 1ª Instância.	68

MAGISTRADOS E SERVIDORES INATIVOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Magistrados Inativos	158
Servidores Inativos	692

PENSIONISTAS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Magistrados Ativos	32
Magistrados Inativos	18
Servidores Ativos	124
Servidores Inativos	41

Ressalte-se que os dados acima descritos foram extraídos no dia 19/02/2016, com data de corte 31/12/2015.

3.8 – Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária

A Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária – SFEO - é o órgão financeiro central do Poder Judiciário, o qual se incumbem das atribuições definidas nos artigos 105 a 112 da Resolução nº 75/2011, dentre elas:

- Desenvolvimento de atividades de planejamento em auxílio a Assessoria de Planejamento e Orçamento.
- Organização, direção e controle das funções financeiras;
- A Administração financeira, abrangendo os sistemas de gestão orçamentária, financeira e de contabilidade;

- Controle de Recursos do Fundo Especial do Poder Judiciário

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária	Coordenadoria de Contabilidade	-Seção de Escrituração, Análise Contábil e Análise Patrimonial; - Seção de Tomadas e Prestação de Contas.
	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira	- Seção de Empenho e Escrituração da Despesa; - Seção de Tesouraria; - Seção de Controle de Contratos e Convênios.

3.8.1 – Atividades/Iniciativas Relevantes.

- Transformação do procedimento de prestação de contas de diárias em procedimento virtual (envio de documentos por e-mail).
- Alteração do procedimento de recolhimento de multa, que deixará de ser feito através de Guia do Recolhimento do Poder Judiciário e passará a ser feito através do SIGEFES.
- Implantação do controle “Registro de Ocorrências” nas prestações de contas de suprimento de fundos
- Elaboração do Manual de Gestão de Convênios;
- Elaboração de Manual de Rotinas para análise das prestações de contas de Suprimento de Fundos e de Cartão Alimentação.

3.9 – Secretaria de Tecnologia da Informação

A essa Secretaria compete assegurar a definição de normas e padrões na área de informática, em consonância às normas do CNJ em Tecnologia da Informação, assegurar o atendimento às demandas de desenvolvimento, aquisição, integração e manutenção dos sistemas administrativos e judiciais, bem como o desenvolvimento, implantação e manutenção das páginas de Internet/Intranet do PJES, dentre outras atribuições previstas no art. 77, da Resolução nº. 075/2011.

Atualmente esta Secretaria está estruturada da seguinte forma:

SECRETARIA	COORDENAÇÃO	SEÇÃO
Secretaria de Tecnologia da Informação.	Coordenadoria de Desenvolvimento	- Seção de Projetos Jurídicos. - Seção de Projetos. - Seção de Intranet e Internet.
	Coordenadoria de Suporte e Manutenção	- Seção de Suporte. - Seção de Telecomunicações. - Seção de Atendimento (Help Desk) - Seção de Instalação e Manutenção. - Seção de apoio à Inspeção e Correição. - Seção de Infraestrutura de Sistemas. - Seção de Segurança da Informação.

3.9.1 – Projetos Realizados no Exercício.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Equipamentos para o datacenter	Implantar infraestrutura de rede de dados, incluindo equipamentos para datacenter, swiches de acesso, treinamento, garantia e suporte.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Aquisição de switches, ferramentas e material de uso cotidiano da Seção de Instalação e Manutenção da STI.	Suprir a necessidade de materiais de uso cotidiano da STI.

3.9.2 – Projetos em Andamento.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Aquisição de Ferramentas para a Manutenção (Material)	Aquisição de ferramentas para a manutenção da rede de computadores
Aquisição de Licenças para softwares diversos de outras áreas	Aquisição de novas licenças do software AUTOCAD
Suporte Storage EMC	Suporte técnico e manutenção com reposição de peças originais de duas soluções de armazenamento de dados (STORAGE) marca EMC.
Aquisição de Treinamento de Segurança da Informação	Contratação de treinamento de segurança da informação objetivando implantar plano de capacitação
Aquisição de Certificados Digitais A1 39.93	Serviço de emissão de Certificados Digitais do Tipo A1
Aquisição de Ferramentas para a Manutenção (Ferramentas)	Aquisição de ferramentas para a manutenção da rede de computadores
Aquisição de Treinamento de Segurança da Informação	Contratação de treinamento de segurança da informação objetivando implantar plano de capacitação

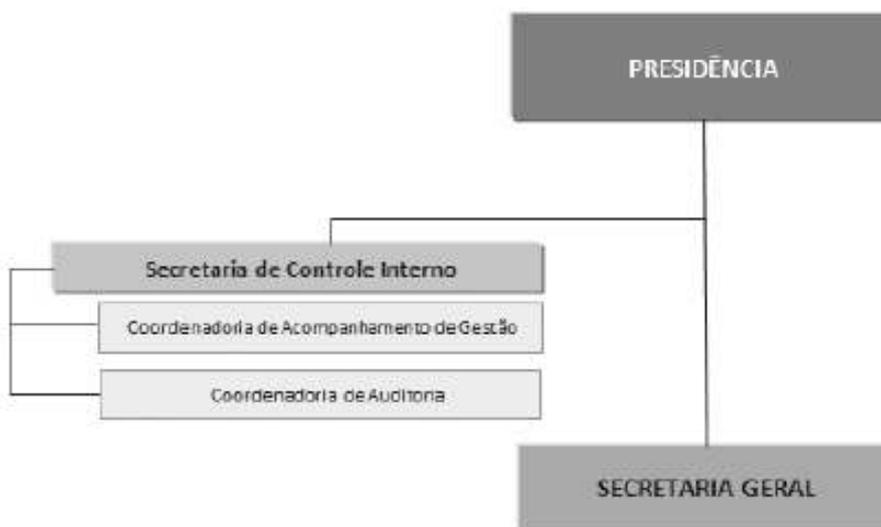
3.9.3 – Cenário Futuro.

NOME DO PROJETO	FINALIDADE DO PROJETO
Contratação de empresa para prestação de serviço de Service Desk	Melhorar a qualidade do atendimento dos usuários do Poder Judiciário, garantindo pronto atendimento, maior satisfação e agilidade nos atendimentos das demandas.
Melhoria de performance e atualização do ambiente de banco de dados Oracle	Contratar empresa especializada para migração e tuning do banco de dados Oracle 10G para 12C
Equipamentos de informática fora de garantia	Aquisição de Nobreaks
Contratação de Treinamento em Segurança da Informação	Treinamento em Segurança da Informação
Contratação de Ferramentas de Proteção de Borda	Aquisição de solução de Proteção de Borda / Serviço de Instalação da solução de Proteção de Borda / Suporte Técnico para a solução de Proteção de Borda / Treinamento da solução de Proteção de Borda
Centrais telefônicas fora de garantia	Aquisição de centrais telefônicas / Serviço de instalação de centrais telefônicas
Implantação e Suporte de Ativos de Rede	Serviço de implantação de Ativos de Rede / Suporte e Manutenção de Ativos de Rede
Sustentação do PJe	Aquisição de Subscrição Software Jboss, RedHat e Postgre incluindo o serviço de suporte.
Licenciamento do ambiente Virtual para utilização do sistema operacional Windows Server	Aquisição de licenças SQL e Windows Server
Melhorar a qualidade dos processos operacionais e estratégicos da secretaria de tecnologia da informação.	Contratação do BCT para Central Telefônica do TJES
Consultoria especializada no desenvolvimento do Planejamento estratégico de Tecnologia da Informação e Plano Diretor de TI	Contratar consultoria do Gartner.

3.10 - Secretaria de Controle Interno

Em obediência aos ditames legais e em cumprimento ao estabelecido pela Resolução nº 86/2009 do Conselho Nacional de Justiça, este egrégio Tribunal de Justiça instituiu, em dezembro/2009, o Núcleo de Controle Interno, por meio da Resolução TJES nº 47/2009, mais tarde denominada Secretaria de Controle Interno, com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 566/2010 – Lei de Reestruturação e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo – em 31 de dezembro de 2011.

ORGANOGRAMA DA SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO.



A Secretaria de Controle Interno é unidade administrativa diretamente subordinada à Presidência deste egrégio Tribunal de Justiça e conta, para cumprimento de suas atribuições, com 02 (duas) Coordenadorias: Coordenadoria de Acompanhamento e Gestão e Coordenadoria de Auditoria.

Tendo em vista as atribuições conferidas pela Resolução TJES nº 75/2011 e, em cumprimento ao previsto no Plano Anual de Atividades de Auditoria e Controle -

2015, as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Controle Interno e suas Coordenadorias, durante o exercício, concentraram-se na realização de auditorias, cujos objetos foram definidos levando-se em conta os aspectos relacionados à relevância estratégica, materialidade, fragilidade de controles, legalidade e criticidade.

Como ações de acompanhamento e gestão, salienta-se a atuação preventiva, consubstanciada na análise das normas de procedimentos produzidas pelas diversas unidades administrativas do Tribunal de Justiça.

3.10.1 – Auditorias, Inspeções Administrativas e Fiscalizações.

No exercício de 2015 foram realizadas as seguintes atividades:

ATIVIDADE	OBJETIVO
Auditoria operacional na gestão do Almojarifado.	Verificar a eficiência e efetividade dos atos afetos a Gestão de Almojarifado do PJES.
Auditoria da gestão do contrato de mensageria em execução no PJES.	Avaliação da qualidade dos serviços de mensageria.
Auditoria na concessão do Auxílio Saúde.	Verificar, por amostragem, a regularidade na concessão e pagamento do auxílio saúde.
Auditoria nas contratações diretas e inexigibilidades.	Avaliar se as Contratações Diretas (dispensas e inexigibilidades) realizadas pelo PJES no ano de 2015, preenchem todos os requisitos exigidos por lei.
Auditoria no Portal Transparência do TJES.	Verificar o cumprimento, pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, do disposto na Resolução CNJ nº 102/2009, no que tange à publicação e conteúdo dos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII do Portal Transparência do PJES no ano de 2015.
Auditoria no percentual de cargos comissionados ocupados por servidores efetivos, conforme Resolução CNJ 88/2009.	Verificar o cumprimento, pelo Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo - PJES, a legislação/regulamentação que estabelece o percentual (%) de cargos comissionados a serem ocupados por servidor efetivo do PJES.

ATIVIDADE	OBJETIVO
Inspeção Administrativa acerca do exercício de função gratificada por servidor efetivo e destinação de cargo comissionado.	Verificar, por amostragem, se as funções gratificadas estão sendo exercidas por servidor efetivo e se os cargos em comissão destinam-se tão somente às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
Fiscalização da obra de reforma da fachada do Edifício Sede do Tribunal de Justiça.	Verificar a conformidade na execução do objeto contratado, por amostragem, com base nos serviços mais relevantes da contratação.
Fiscalização da obra de reforma geral do Fórum de Boa Esperança	Verificar a conformidade na execução do objeto contratado, por amostragem, com base nos serviços mais relevantes da contratação.

Como resultado das ações supracitadas, foram apontados, por meio de Relatório de Auditoria, Inspeção Administrativa e Fiscalização, após análise / avaliação, achados (irregularidades/inconsistências), dos quais resultaram recomendações, cuja finalidade principal é a adoção de medidas que visem à eficiência, eficácia e efetividade da gestão administrativa do Tribunal de Justiça.

3.10.2 - Análise da Prestação de Contas Anual (PCA).

Por força das competências regimentais da Secretaria de Controle Interno, foram executadas ações de análise parcial dos balancetes referentes a 2015, de modo a apontar possíveis inconsistências a serem corrigidas em tempo hábil, além de subsidiar a elaboração do parecer da unidade de controle, peça integrante do processo de Prestação de Contas do Tribunal de Justiça, encaminhado à Corte de Contas Estadual, conforme disposições contidas na Resolução TCE/ES nº 227/2011 e no art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000.

Todo o trabalho consistiu na avaliação da gestão, relativamente ao cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO), abrangendo a execução orçamentária, financeira e patrimonial, o atendimento às normas de contabilidade aplicadas ao setor público, bem como a adequação e legitimidade dos gastos realizados no período referente ao orçamento aprovado.

3.10.3 - Análise do Relatório de Gestão Fiscal

Consiste na emissão de Relatório de Análise do Controle Interno dos Relatórios de Gestão Fiscal produzidos pela Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária dos 03 (três) quadrimestres de 2015, com fulcro no art. 59 da Lei Complementar 101/2000 (LRF), assim como no acompanhamento das medidas que estão sendo adotadas pelo Poder para o retorno da despesa com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 desta lei.

3.10.4 - Nova Formatação das Normas de Procedimentos

No exercício de 2015, foi proposto pela Secretaria de Controle Interno, nova formatação das normas de procedimentos, baseada na utilização de fluxograma dos processos, tendo como **Projeto Piloto a Norma NP 01.01 – Licitação**.

Referida proposta obteve aprovação da egrégia Presidência, nos autos do processo nº 2015.00.888.647.

3.10.5 - Contratação de Obras e Reformas

No que se refere às contratações de obras e reformas, destaca-se a atividade de análise de solicitações de aditivos contratuais realizados por esta unidade de controle, consolidada por meio de relatórios técnicos, cujo objetivo foi averiguar a regularidade do processo, recomendando ajustes e melhorias.

Em 2015, os relatórios produzidos referiram-se às solicitações de termo aditivo nas seguintes contratações:

- Reforma da fachada do Edifício Sede do Tribunal de Justiça;
- Reforma geral do Fórum de Boa Esperança.

Ressalta-se, ainda, a análise dos Projetos Básicos das obras de reforma da nova sala de monitoramento do TJES e da nova subestação do TJES.

3.10.6 - Monitoramento das Recomendações e Acompanhamento da Gestão

No intuito de monitorar as providências adotadas após recomendações expedidas pela Secretaria de Controle Interno, foram iniciadas ações voltadas ao acompanhamento dos resultados de auditorias, nos moldes previstos na Norma de Procedimentos 00.04 - Norma de Monitoramento de Auditorias, Inspeções Administrativas e Fiscalizações.

Além disso, em observância às determinações constantes em decisão Plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no processo de Acompanhamento de Cumprimento de Decisão nº 0201047-40.2009.2.00.0000, esta Secretaria realizou, durante o ano de 2014/2015, dentre outras:

- Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria e Controle 2016;
- Elaboração do Plano de Capacitação dos servidores localizados na Secretaria de Controle Interno para o exercício de 2016.

3.10.7 – Gestão do Portal de Transparência.

Durante o ano de 2015, esta Secretaria de Controle Interno participou, efetivamente, na gestão do “Portal Transparência”, por meio do acompanhamento de todos os ANEXOS que integram o Portal, em especial no que se refere a Resolução nº 102 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) disponibilizados no Portal Transparência do Poder Judiciário e encaminhados ao Sistema Informatizado do CNJ (SIAF-JUD), em consonância com o disposto no Ato Normativo TJES nº 058/2012.

Ademais, foram realizadas as seguintes atividades relacionadas à gestão do Portal Transparência:

- Monitoramento e publicação de informações no Portal Transparência do Poder Judiciário, tais como: licitações, dispensas, inexigibilidades e contratos firmados com o TJES, despesas com diárias e frota de veículos do Judiciário Estadual;
- Auditoria, por amostragem, das informações publicadas no Portal Transparência do TJES, especificamente dos Anexos da Resolução nº 102/2009 produzidos pelas diversas unidades administrativas do TJES, os quais tratam de informações sobre pessoal e execução orçamentária e financeira, a fim de verificar a adequação dos documentos às determinações do CNJ;
- Acompanhamento dos prazos previstos na Resolução CNJ nº 102/2009 para publicação das informações no “Portal Transparência” e encaminhamento, ao sistema informatizado do CNJ, dos referidos arquivos, pelos setores competentes;
- Proposição, por meio de ofício à Presidência, de melhorias no conteúdo disponível no Portal Transparência, com vistas ao atendimento da Lei de Acesso à Informação;

- Proposição, por meio de ofício à Presidência, de implantação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), implementado por meio do Ato Normativo nº 202/2015, publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 16/09/2015.

4 – Processos Distribuídos, Sentenciados e Baixados no Exercício.

No exercício de 2015, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo distribuiu 498.800 (quatrocentos e noventa e oito mil e oitocentos) processos, o que representa um crescimento de 6,1% (seis inteiros e dez centésimos por cento) no número de processos distribuídos quanto comparado com o exercício de 2014, conforme demonstrado na tabela abaixo:

QUANTIDADE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

Grupo de Classes	Ano		Percentual por Ano		Variação (2015/2014)
	2014	2015	2014	2015	
Cartas	62.547	66.164	13,3%	13,3%	5,8%
Conhecimento	313.313	338.469	66,6%	67,9%	8,0%
Execuções	76.002	75.907	16,2%	15,2%	-0,1%
Inquéritos	18.391	18.260	3,9%	3,7%	-0,7%
TOTAL	470.253	498.800	100,0%	100,0%	6,1%

A quantidade de processos sentenciados no exercício de 2015 foi de 304.107 (trezentas e quatro mil e setecentos e sete), representando uma aumento de 9% (nove inteiros por cento) quando comparado com o exercício de 2014, conforme demonstrado na tabela seguinte:

QUANTIDADE PROCESSOS SENTENCIADOS

Grupo de Classes	Ano		Percentual por Ano		Variação (2015/2014)
	2014	2015	2014	2015	
Cartas	157	6.342	0,1%	2,1%	3939,5%
Conhecimento	233.129	248.006	83,6%	81,6%	6,4%
Execuções	44.030	44.552	15,8%	14,7%	1,2%
Inquéritos	1.631	5.207	0,6%	1,7%	219,3%
TOTAL	278.947	304.107	100,0%	100,0%	9,0%

No exercício de 2015, o Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo teve um total de 457.012 (quatrocentos e cinquenta e sete mil e doze) processos baixados, o que representa um crescimento de 6,3% (seis inteiros e trinta centésimos por cento) no número de processos baixados quanto comparado com o exercício de 2014, conforme demonstrado na tabela abaixo:

QUANTIDADE PROCESSOS BAIXADOS

Grupo de Classes	Ano		Percentual por Ano		Variação (2015/2014)
	2014	2015	2014	2015	
Cartas	65.740	46.815	15,3%	10,2%	-28,8%
Conhecimento	295.275	341.316	68,7%	74,7%	15,6%
Execuções	57.142	55.446	13,3%	12,1%	-3,0%
Inquéritos	11.894	13.435	2,8%	2,9%	13,0%
TOTAL	430.051	457.012	100,0%	100,0%	6,3%

5 – Gestão dos Precatórios no Exercício de 2015.

A Assessoria Jurídica especializada em Precatórios tem por atribuição, dentre outras, a de emitir pareceres e decisões em todos os precatórios municipais, estaduais e referentes ao INSS (ações relativas a acidentes do trabalho); analisar os pedidos de habilitação, cessão de créditos dentre outros; desenvolver demais atividades correlatas necessárias à gestão dos precatórios.

Para o exercício de 2015, a movimentação dos Precatórios Estaduais e Municipais podem ser segregados e demonstrados da seguinte forma:

- Relação dos Entes que estão submetidos ao regime especial – (ec. 62/2009), seus respectivos acervos e valores transferidos ao Tribunal de Justiça nos exercícios de 2014/2015;
- Relação dos Entes submetidos ao regime comum de pagamento, conforme art.100 da cf/88, com previsão de pagamento em 2015/2016, de acordo com os precatórios inscritos nos exercícios de 2014/2015:

5.1 - Relação dos Entes que Estão Submetidos ao Regime Especial – (ec. 62/2009), seus Respectivos Acervos e Valores Transferidos ao Tribunal de Justiça nos Exercícios de 2014/2015:

	ENTES EM REGIME ESPECIAL	OPÇÃO DE PAGAMENTO CONFORME EC 62/2009	VALOR A SER REPASSADO POR EXERCÍCIO - PERCENTUAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA OU ACERVO (Em R\$)	VALORES DEPOSITA-DOS 2010-2014 (Em R\$)	Nº PRE CATÓRIOS LIQUIDADOS	2015		
						VALOR DO ACERVO EM JULHO/2015 (Em R\$)	Nº DE PRECATÓRIOS	VALOR A SER DEPOSITADO EXERCÍCIO 2015 (em R\$)
1	Estado Do Espírito Santo	2% da RCL	221.998.783,65	1.007.216.027,70	1.421	903.188.791,75	377	220.000.000,00
2	Alegre	1% da RCL	650.096,23	2.542.583,30	22	875.020,62	6	650.000,00
3	Alto Rio Novo	ACERVO	390.662,89	1.633.353,48	22	4.011.870,36	79	421.581,00
4	Baixo Guandu	ACERVO	704.686,34	2.069.850,58	57	8.063.928,90	16	750.000,00
5	Boa Esperança	1,5% DA RCL	553.246,60	1.309.227,38	1	2.118.766,96	5	553.246,60
6	Cachoeiro De Itapemirim	1% da RCL	3.563.241,30	15.041.491,82	114	6.182.681,06	34	3.500.000,00
7	Cariacica	ACERVO	7.500.000,00	22.806.771,64	232	35.708.318,35	101	8.400.000,00
8	Guaçuí	ACERVO	1.800.000,00	4.925.591,09	17	13.928.135,28	3	1.800.000,00
9	Guarapari	ACERVO	2.899.400,64	11.314.558,75	48	34.755.402,51	51	3.386.882,40
10	Mantenópolis	1% da RCL	329.747,81	1.013.691,08	8	897.896,17	4	320.000,00
11	Muqui	1% da RCL	320.416,74	919.421,66	18	1.892.479,57	32	330.000,00
12	São Mateus	1% da RCL	2.724.896,19	13.061.673,07	73	7.747.920,47	6	2.800.000,00
13	Serra	1% da RCL	9.526.264,14	38.929.569,75	95	27.460.744,72	17	9.000.000,00
15	Vila Velha	ACERVO	11.051.616,40	39.346.191,02	129	174.345.061,55	78	17.298.892,17
16	Vitória	1% da RCL	14.231.508,48	38.954.187,02	192	5.758.903,61	42	14.095.171,42
	TOTAL		279.716.261,53	1.213.673.363,67	2.493	R\$ 1.234.836.691,21	858	284.805.773,59

5.2 - Relação Dos Entes Submetidos ao Regime Comum de Pagamento, Conforme Art.100 da CF/88, com Previsão de Pagamento em 2015/2016, de Acordo com os Precatórios Inscritos nos Exercícios de 2014/2015:

ENTES EM REGIME COMUM	Nº DE PRECATÓRIOS	ACERVO DE PRECATÓRIOS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
1- Afonso Cláudio	02	R\$ 185.000,00	Exercício 2016
2- Águia Branca	02	R\$ 173.620,00	Exercício 2015 (R\$ 129.000,00) - Exercício 2016 (R\$ 44.271,17)
3- Alfredo Chaves	02	R\$ 510.200,00	Exercício 2016
4- Anchieta	01	R\$ 913.500,00	Exercício 2016
5- Aracruz	30	R\$ 3.147.000,00	Exercício 2015 (R\$2.000.000,00) - Exercício 2016(R\$1.147.000,00)
6- Atílio Vivaqua	09	R\$ 1.485.700,00	Exercício 2015 (R\$ 455.370,00)- Exercício 2016 (1.046.405,77)
7- Barra De São Francisco	02	R\$ 265.000,00	Exercício 2015 (R\$ 194.000,00)- Exercício 2016 (R\$ 71.153,59)
8- Castelo	02	R\$ 460.000,00	Exercício 2015
9- Colatina	32	R\$ 1.380.000,00	Exercício 2015 (R\$ 410.000,00)- Exercício 2016 (R\$ 980.000,00)
10- Domingos Martins	01	R\$ 68.000,00	Exercício 2015
11- Ecoporanga	02	R\$ 100.000,00	Exercício 2016
12- Governador Lindemberg	10	R\$ 739.000,00	Exercício 2015 (R\$ 168.000,00) - Exercício 2016 (R\$ 572.000,00)
13- Ibatiba	05	R\$ 430.900,00	Exercício 2015 (R\$ 290.000,00) - Exercício 2016 (R\$ 140.000,00)
14- Ibitirama	02	R\$ 698.000,00	Exercício 2015 (R\$ 402.500,00)- Exercício 2016 (R\$ 295.500,00)
15- Irupi	02	R\$ 67.100,00	Exercício 2016
16- Itapemirim	10	R\$ 729.600,00	Exercício 2015 (R\$ 423.000,00) - Exercício 2016 (R\$ 306.600,00)

ENTES EM REGIME COMUM	Nº DE PRECATÓRIOS	ACERVO DE PRE-CATÓRIOS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
17- luna	01	R\$ 316.513,00	Exercício 2016
18- Jerônimo Monteiro	03	R\$ 166.000,00	Exercício 2015 (R\$ 20.000,00) - Exercício 2016 (R\$146.000,00)
19- Laranja Da Terra	02	R\$ 154.000,00	Exercício 2016
20- Linhares	11	R\$ 4.061.500,00	Exercício 2015 (R\$50.200,00) - Exercício 2016 (R\$ 4.011.000,00)
21- Marataízes	02	R\$ 129.000,00	Exercício 2016
22- Marechal	02	R\$ 95.400,00	Exercício 2016
23-Marilândia	03	R\$ 482.000,00	Exercício 2015 (R\$ 263.500,00) - Exercício 2016 (R\$ 218.500,00)
24- Mimoso Do Sul	04	R\$ 91.224,00	Exercício 2015 (R\$ 24.000,00) - Exercício 2016 (R\$ 36.400,00) - Exercício 2017 (R\$ 30.800,00)
25- Muniz Freire	05	R\$ 1.687.000,00	Exercício 2016
26- Nova Venécia	02	R\$ 292.700,00	Exercício 2015 (R\$ 124.470,00) - Exercício 2016 (R\$ 168.230,00)
27- Pancas	06	R\$ 157.000,00	Exercício 2015 (R\$ 140.000,00) - Exercício 2016 (R\$ 17.000,00)
28- Pinheiros	01	R\$ 42.000,00	Exercício 2015
29- Piúma	04	R\$ 845.400,00	Exercício 2015 (R\$ 110.000,00)- Exercício 2016 (R\$ 735.400,00)
30- Rio Novo Do Sul	01	R\$ 47.800,00	Exercício 2015
31- Santa Tereza	03	R\$ 684.000,00	Exercício 2016
32- São Domingos Do Norte	01	R\$ 145.000,00	Exercício 2016
33-São Gabriel Da Palha	04	R\$ 532.000,00	Exercício 2015 (R\$ 30.000,00)- Exercício 2016 (R\$ 502.000,00)

5.3 - Número de Alvarás expedidos nos exercícios de 2014/2015:

ENTIDADES	2015	
	Nº DE ALVARÁS	VALOR TOTAL
INSS	43	R\$ 154.177,22
Estado	144	R\$ 10.345.236,35
Afonso Cláudio	0	R\$ -
Água Doce do Norte	0	R\$ -
Águia Branca	0	R\$ -
Alegre	10	R\$ 519.873,02
Alfredo Chaves	0	R\$ -
Alto Rio Novo	0	R\$ -
Apiacá	0	R\$ -
Aracruz	66	R\$ 3.779.273,99
Atílio Vivácqua	0	R\$ -
Baixo Gandú	1	R\$ 29.784,80
Barra de São Francisco	0	R\$ -
Boa Esperança	1	R\$ 70.920,00
Bom Jesus do Norte	0	R\$ -
Cachoeiro do Itapemirim	26	R\$ 1.248.736,21
Cariacica	31	R\$ 692.220,16
Castelo	0	R\$ -
Colatina	0	R\$ -
Conceição da Barra	13	R\$ 1.207.563,09
Conceição do Castelo	0	R\$ -
Divino São Lourenço	0	R\$ -
Dores do Rio Preto	0	R\$ -
Fundão	0	R\$ -
Governador Lindemberg	7	R\$ 42.783,90
Guaçuí	1	R\$ 1.651,13
Guarapari	203	R\$ 1.596.977,89
Ibiraçu	0	R\$ -
Ibitirama	0	R\$ -

ENTIDADES	2015	
	Nº DE ALVARÁS	VALOR TOTAL
Itapemirim	1	R\$ 8.538,36
Jerônimo Monteiro	0	R\$ -
Linhares	8	R\$ 507.053,09
Mantenópolis	18	R\$ 483.422,62
Marataízes	9	R\$ 1.087.239,07
Marilândia	0	R\$ -
Mimoso do Sul	0	R\$ -
Montanha	2	R\$ 394.213,28
Mucuri	0	R\$ -
Muniz Freire	0	R\$ -
Muqui	3	R\$ 103.862,42
Nova Venécia	6	R\$ 303.045,32
Pancas	1	R\$ 4.212,99
Pedro Canário	0	R\$ -
Pinheiros	3	R\$ 128.085,14
Piúma	0	R\$ -
Presidente Kenedy	0	R\$ -
Rio Bananal	0	R\$ -
Rio Novo do Sul	0	R\$ -
Santa Leopoldina	0	R\$ -
São Domingos do Norte	0	R\$ -
São Gabriel da Palha	11	R\$ 646.909,77
São José do Calçado	0	R\$ -
São Mateus	7	R\$ 1.252.411,91
Serra	20	R\$ 4.581.119,52
Sooretama	1	R\$ 3.425,62
Vargem Alta	2	R\$ 4.217,97
Viana	13	R\$ 974.593,95
Vila Velha	8	R\$ 119.038,23
Vitória	38	R\$ 10.871.780,94

6 – Considerações Finais.

O presente Relatório de Gestão buscou abordar os aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, permitindo à Corte de Contas Estadual e a população em geral tenham obter informações úteis e relevantes que possibilitem a avaliação, de forma ampla, da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados, evidenciando os resultados dos programas desenvolvidos no âmbito deste egrégio Tribunal de Justiça.



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado
do Espírito Santo**

www.tjes.jus.br

